

Foto: Saulo Cruz



## ANPT intensifica articulação no Congresso Nacional

**E**m parceria com as demais entidades de classe que compõem a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público, a ANPT intensificou o trabalho de articulação com diversos parlamentares, em especial no que diz respeito a matérias importantes para os membros de ambas as carreiras e, também, no que concerne aos direitos sociais. A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016, o Projeto de Lei 3123 e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 62, entre outros, estão entre os temas mais debatidos nos últimos dois meses.

► **Páginas 06 e 07**

## Ministério Público brasileiro é homenageado na Câmara dos Deputados

Em comemoração ao dia do Ministério Público, 14 de dezembro, a Câmara dos Deputados, por iniciativa do deputado Alessandro Molon, promoveu sessão especial em alusão à data. Procuradores-gerais e presidentes de entidades de classe que representam os membros de todo Ministério Público brasileiro, além de diversos parlamentares, participaram da solenidade.

► **Página 05**



Foto: Conamp

### TRABALHO ESCRAVO

ANPT participa de audiência pública

**Página 03**

### AMIANTO

Reuniões discutem o tema

**Página 04**

Foto: Ascom/MPTRJ



Associados da ANPT receberam homenagem

## Ordem do Mérito Judiciário

Três integrantes do Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro (MPT-RJ) receberam, dia 1º de dezembro, a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário 2015 do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ). Foram agraciados o procurador-chefe do MPT-RJ, Fabio Villela, no grau Grã-Cruz, a procuradora regional do Trabalho Deborah Felix e o procurador Patrick Merísio, que receberam a homenagem no grau Comendador.

Foto: Conamp



Representantes das entidades de classe do MP participaram da solenidade

## Galeria da Conamp

No dia 17 de dezembro, foi descerrada a foto do ex-presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) César Mattar Jr., na galeria de presidentes da Associação. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade, que contou também com a presença de representantes de todo o Ministério Público brasileiro.

Foto: Ascom/CNMP



Vice-presidente da ANPT participou da solenidade de posse

## Posse no CNMP

Foi empossado, dia 10 de novembro, no cargo de conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o juiz federal Valter Shuenquener de Araújo, para o biênio 2015/2017. O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa, participou da solenidade.

## Ordem do Mérito MPM 2015

Em alusão aos 95 anos do Ministério Público Militar (MPM), comemorados no dia 30 de outubro, o MPM realizou, dia 10 de novembro, a solenidade de entrega de comendas da Ordem do Mérito Ministério Público Militar 2015. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participaram da cerimônia, que teve entre os seus agraciados com a medalha diversas personalidades que desenvolveram atividades relevantes em prol do MPM.

### EXPEDIENTE Diretoria ANPT - Biênio 2014/2016

Carlos Eduardo de Azevedo Lima  
**Presidente**

Ângelo Fabiano Farias da Costa  
**Vice-Presidente**

Marcelo Adriano da Silva  
**Secretário-Geral**

Ana Cláudia Rodrigues B. Monteiro  
**Diretora Financeira**

Ericka Rodrigues Duarte  
**Diretora de Assuntos Jurídicos**

Alice Nair Feiber Sonogo Borner  
**Diretora de Assuntos Sociais e de Eventos**

Heleny Ferreira de A. Schittine  
**Diretora de Comunicação**

Márcia Bacher Medeiros  
**Diretora**

Jeibson dos Santos Justiniano  
**Diretor**

Celeste Maria Ramos M. Medeiros  
**Diretora**

**INFORMATIVO ANPT:** Edição e redação: Gustavo Rocha, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima e Gustavo Rocha, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão. Tiragem: 1700 exemplares; **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, Site: www.anpt.org.br, Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1108, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

## “Mudar o conceito de trabalho escravo é a cereja do bolo dessa pauta precarizante”

A afirmação acima é do presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e foi feita dia 15 de dezembro durante audiência pública sobre “O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação”, com foco no trabalho escravo, promovida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal. A discussão se deu em razão da inclusão na pauta do Plenário do Senado do PLS 432/2013, que regulamenta a Emenda Constitucional 81, que determina a expropriação de propriedades urbanas e rurais onde se verifique trabalho escravo.

Logo no início de sua manifestação, Azevedo Lima ressaltou que têm sido cada vez mais frequentes as tentativas de se precarizar as relações de trabalho e que isso fere, de maneira frontal, a dignidade dos trabalhadores. Em relação ao projeto em si, o procurador ressaltou que “mudar o conceito de trabalho escravo é a cereja do bolo dessa pauta precarizante”.

“O Brasil tem uma posição de vanguarda e é assim reconhecido em todo o mundo no que diz respeito ao combate à escravidão contemporânea. Em 2014, na Conferência Internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT), inclusive, ficou muito clara essa destacada atuação dos órgãos e instituições brasileiras no combate ao trabalho em condições análogas às de escravo, que foi tida como paradigma para os demais países que participavam da Conferência. Não se concebe, pois, que agora se venha com essa proposição legislativa que representa um enorme e inadmissível retrocesso social”, disse Azevedo Lima.

O presidente da ANPT destacou, enfaticamente, o quão nefasta é a retirada do trabalho em condições degradantes e, também, da jornada exaustiva da conceituação do trabalho escravo para os fins da regulamentação da Emenda Constitucional n. 81/2014, que prevê a expropriação das propriedades urbanas e rurais em que se constatar a exploração de trabalho em condições análogas às de escravo. “Independentemente de qualquer regulamentação da emenda

constitucional, o fato é que a prática do trabalho escravo constitui crime e assim está devida e detalhadamente definido no art. 149 do Código Penal brasileiro, não se havendo que inovar, ainda mais sob um viés de retrocesso como se pretende com esse projeto”, ressaltou.

Ainda durante sua manifestação, o procurador enfatizou que “em tempos de realização da COP-21 e em que tanto se fala, e com propriedade, sobre sustentabilidade, não podemos ignorar que não há como se refletir sobre tal conceito sem levar em consideração o imprescindível respeito à dignidade nas relações de trabalho”, disse, destacando que, além do posicionamento contrário dos membros do MPT sobre o mérito projeto, defendem, também, a retirada da urgência, a fim de que se viabilize o aprofundamento do debate com os mais variados segmentos sobre tão importante matéria.

Após a audiência pública na CDH, o grupo que se manifestou durante o evento foi, juntamente com o senador Paulo Paim, para o gabinete da presidência do Senado, onde manteve contato com o presidente Renan Calheiros e com o relator da proposta, senador Romero Jucá (PMDB-RR), além de diversos outros senadores.

O relator concordou em ampliar os debates sobre o tema, retomando-os ape-



Fotos: Ascom/ANPT

nas a partir do início dos trabalhos do próximo ano, e, antes de levar a matéria a plenário, viabilizar que tais discussões se deem no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, inclusive com realização de audiência pública naquela Comissão.

Além do presidente, do vice-presidente e da diretora financeira da ANPT, participaram das discussões, também, diversos outros membros do MPT, como o coordenador da Coordenadoria Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conaete), Rafael Garcia, e o procurador Regional do Trabalho Cristiano Paixão, entre vários outros, além de representantes do Ministério do Trabalho e Previdência Social, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, de entidades sindicais, representantes da classe empresarial, de organizações não governamentais (ONG) como a Repórter Brasil, artistas como o ator Wagner Moura, representantes da sociedade civil em geral, entre outros. **■**



Diversas personalidades participaram da audiência pública

## Amianto é tema de reunião no Ministério do Trabalho

O Secretário Especial do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, José Lopez Feijóo, recebeu, dia 17 de novembro, a visita do presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhado de representantes da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea), da especialista Fernanda Giannasi, e dos representantes do escritório Alino e Roberto Advogados, Mauro de Azevedo Menezes e Milena Pinheiro. O tema em pauta foi a suspensão da Nota Técnica 141/2014 da Secretaria de Ins-

peção do Trabalho (SIT) e a instituição da Comissão Especial para Debater o Uso do Amianto no Brasil (Cedua). O Secretário de Inspeção do Trabalho, Paulo Sérgio de Almeida, também participou da reunião, na qual, entre outros temas, foi pedida a revogação da Portaria nº 1.287/2015, que instituiu a Cedua, e a restauração dos efeitos da Nota Técnica nº 141.

A nota trata da obrigatoriedade de empresas que comercializam produtos que contêm amianto seguirem as disposições do anexo 12 da Norma Regulamentadora N°15, exceto o cadastro

junto ao Ministério do Trabalho. A SIT tornou sem efeito a nota e determinou que se oficiasse ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e à Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco) para manifestação sobre o alcance do anexo 12 da NR. Destacou-se, no entanto, que as providências relacionadas à busca por garantia da segurança das condições de trabalho, inclusive com restrição à utilização e exposição do amianto – a ANPT e a Abrea, na realidade, posicionam-se pelo total banimento da fibra –, vão ao encontro dos padrões globais de proteção à saúde dos trabalhadores e, por isso, não deveriam ser suspensas medidas voltadas para tal objetivo.

Segundo se ressaltou na reunião, a nota técnica, inclusive, expressou uma posição clara do próprio Ministério do Trabalho, que deve ser prestigiada e preservada em favor de uma ampla proteção à saúde dos trabalhadores. “Ao suspender a nota e criar a Cedua, o Ministério do Trabalho não só andou na contramão das tendências globais relativamente ao asbesto, mas retrocedeu em relação ao patamar protetivo já alcançado até agora”, destacou o presidente da ANPT. **N**

Foto: Ascom/ANPT



Reunião no Ministério do Trabalho e Previdência Social

## Reunião com ministro do STF debate amianto

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 12 de novembro, de reunião com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Edson Fachin. Acompanhado de representantes da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea), dos representantes do escritório Alino e Roberto Advogados, Mauro de Azevedo Menezes e Gustavo Teixeira Ramos, e da especialista Fernanda Giannasi, eles trataram da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) contra a Lei nº 12589/2004, de Pernambuco, que dispõe sobre a produção e a comercialização do amianto ou asbesto no Estado.

Durante a reunião, foi explicitado ao ministro que a postura adotada pela CNTI é isolada no âmbito do movimento



Grupo se reuniu com o ministro Luiz Edson Fachin

sindical e da própria sociedade civil brasileira. Foi ressaltado, ainda, que tal atitude não reflete a posição dominante no cenário internacional, que tende ao banimento da fibra, atualmente proibida em mais de 65 países. Debateu-se, também, o necessário respeito ao pacto federativo, com a possibilidade de as vicissitudes locais virem a ser reguladas por leis próprias, até por se estar

mais próximo dos fatos e por melhor se conhecer suas consequências, não havendo, pois, que se falar em suposta inconstitucionalidade de uma lei estadual que trata de um tema como a produção e comercialização do amianto.

Para o presidente da ANPT, “está mais que demonstrado, inclusive por relevantes organismos internacionais, que não há nível seguro de exposição ao amianto e que a exposição a esta fibra cancerígena ocasiona gravíssimas consequências à saúde e à vida humana”.

## Câmara dos Deputados promove sessão especial em homenagem ao Ministério Público

Foi promovida, dia 15 de dezembro, pela Câmara dos Deputados, sessão especial em homenagem ao Ministério Público. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, o vice-presidente, Ângelo Fabiano Farias da Costa, e a diretora financeira da entidade, Ana Cláudia Monteiro, participaram da solenidade, que foi presidida pelo deputado Alessandro Molon (Rede-RJ), autor do requerimento, e, juntamente com diversos parlamentares dos mais variados partidos, contou também com a presença dos procuradores-gerais do Ministério Público do Trabalho (MPT) e dos demais ramos do Ministério Público da União (MPU), além dos presidentes de entidades de classe que representam os membros do Ministério Público brasileiro.

Em seu pronunciamento, Azevedo Lima falou da relação chamada por ele de “umbilical” entre o Congresso Nacional e o Ministério Público, com amplos e profícuos debates ao longo da tramitação de proposições legislativas que dizem respeito tanto à instituição e aos seus membros como à sociedade como um todo. O procurador também destacou a importância da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 392/14, de autoria do deputado Ronaldo Fonseca (PROS/DF), que acrescenta o § 7º ao art. 127 da Constituição Federal, para fixar prazo de afastamento de candidato Membro do Ministério Público; e revoga a alínea “e”, do inciso II, do § 5º, art. 128, de modo a restabelecer a capacidade política passiva dos membros do Ministério Público.

“É muito importante que aos membros do Ministério Público se possibilite participar, de maneira ainda mais ativa, desses debates e discussões tão relevantes que são travados aqui no Parlamento brasileiro, não se concebendo que sejam impedidos de participar do processo político por não serem detentores de capacidade eleitoral passiva e, ante tal realidade, perca-se a oportunidade de obtenção de contribuições que seguramente seriam extremamente importantes para a democracia e para o Estado de Direito. Afinal, além de zelar pelo cumprimento das leis, seria importante que também pudéssemos participar de seu processo de elaboração, até porque todos os segmentos da sociedade têm representação no Congresso Nacional, e é muito importante que o tenham, mas não se justifica que apenas os promotores e procuradores estejam afastados dessa possibilidade. Urge, pois, a reforma do texto constitucional neste particular, reestabelecendo-se a possibilidade que já existia na



Presidentes das entidades do MP se pronunciaram durante a sessão



Membros do MP participaram da sessão



Integrantes da diretoria da ANPT com o autor do requerimento para a homenagem, deputado Alessandro Molon

redação original da Constituição de 1988, tendo sido retirada somente muito depois, mais precisamente em 2004”, ressaltou o presidente da ANPT.

Azevedo Lima reiterou, ainda, os agradecimentos ao presidente da sessão, à Câmara dos Deputados, e aos parlamentares em geral pela homenagem ao Ministério Público e ressaltou que “a atuação dos membros dessa importante instituição representa, em verdade, um instrumento para se dar concretude à busca por garantia dos direitos e interesses mais caros da sociedade, que é a efetiva destinatária da nossa atuação”, disse. **N**

# Proposições legislativas são acompanhadas pela ANPT e

A atuação das entidades de classe que compõem a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) no Congresso Nacional nos meses de novembro e dezembro, foi intensamente articulada e planejada em prol de defender as prerrogativas dos membros de ambas as carreiras. As associações concentraram esforços, principalmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada dia 17 de dezembro, na Lei Orçamentária Anual (LOA) da União, no Projeto de Lei (PL) n. 3123/2015, que trata de uma série de questões referentes ao teto remuneratório no serviço público, e na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 62/2015, além de outros temas de interesse para os membros de ambas as carreiras.

Segundo o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, atual coordenador da Frentas, incontáveis proposições legislativas de cunho precarizante têm sido acompanhadas diuturnamente no âmbito do Congresso Nacional e percebe-se, cada vez mais, o surgimento de projetos com viés prejudicial às duas carreiras. Para ele, a LDO de 2016 insere-se exatamente neste contexto.

Foi inserido um adendo – mais precisamente, o Adendo IV – no projeto de lei alusivo à LDO, tomando por base mensagem que havia sido remetida pelo Ministério do Planejamento, por meio do qual se trata de matérias absolutamente estranhas às questões orçamentárias. Nesse sentido, as entidades de classe trabalharam fortemente para alterar o texto ainda no Congresso Nacional, a fim de que não fosse necessário discutir a questão no âmbito do Judiciário, o que acabou não ocorrendo.

Com esse intuito, foram realizadas diversas reuniões com parlamentares de todos os partidos, inclusive com o relator da LDO, deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE), com quem o grupo esteve reunido diversas vezes. “Ressaltamos em todas elas que tais previsões se mostram flagrantemente inconstitucionais, até porque uma norma de natureza orçamentária, como é o caso da LDO, não pode adentrar nesta seara, ainda mais regulamentado direitos de membros do Ministério Público e do Poder Judiciário, os quais são devidamente tratados nas



Integrantes da Frentas reunido com o relator da LDO, deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Fotos: Ascom/ANPT



Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Leonardo Picciani (PMDB-RJ), recebeu representantes das entidades de classe



Reunião da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público na sede da ANPT

Leis Orgânicas respectivas, as quais, inclusive, são leis complementares e têm iniciativa privativa”, ressaltou Azevedo Lima.

Além das reuniões com o relator da LDO, lideranças partidárias e parlamentares em geral tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal, produziu-se ainda Nota Técnica conjunta da Frentas. A partir dela, conseguiu-se articular a apresentação de um destaque supressivo do Adendo IV, para o qual, já na sua formalização, conseguiu-se garantir a subscrição conjunta de quase 90 assinaturas, sendo cerca de 70 Deputados e 18 Senadores. No âmbito da Comissão Mista de Orçamento (CMO), contudo, não se conseguiu discutir e votar esse destaque, tendo sido trabalhada incessantemente a sua aprovação no Plenário.

# demais entidades de classe que compõem a Frentas



Nota técnica da Frentas foi entregue ao líder do PSDB, senador Cassio Cunha Lima (PSDB-PB)



Gabinete da liderança do governo também foi procurado pelos integrantes da Frentas



Entidades de classe do MP reunidas na ANPR



Frentas em conversa com a presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, deputada Soraya Santos (PMDB-RJ)



Relator do PL 3123, deputado Lucas Vergílio (SD-GO), reunido com o grupo



Reunião com o líder do PPS, deputado Rubens Buenos (PPS-PR)

Já sobre o PL 3123, em tramitação atualmente na Comissão de Finanças e Tributação (CTF), tem sido articulado o tema tanto com os integrantes da CFT quanto com os demais parlamentares, preparando-se já para uma votação em plenário, dado que a matéria tramita em regime de urgência constitucional.

Importante ressaltar que um texto mais consentâneo com o ordenamento jurídico nacional já foi aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. Tal aprovação se deu a partir de importante articulação das entidades de classe com diversos deputados. O texto levou em consideração diversas questões relevantes e abordadas pelos dirigentes das entidades.

A PEC 62/2015, em tramitação no Senado Federal, que altera a Constituição Federal no que diz respeito a questões remuneratórias envolvendo subsídios de agentes políticos, também foi tema de diversas reuniões e debates das entidades de classe. A matéria estava em pauta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, após debates na Comissão, alguns senadores pediram vista regimental coletiva da PEC.

Conforme destacado durante a sessão pelo relator da proposta, senador Randolfe Rodrigues (AP), o texto da PEC 62 foi construído a partir de amplas interlocuções com os parlamentares e com os dirigentes das entidades de classe que compõem a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público. **N**

## Comissão de aprovados do 19º concurso para procurador do Trabalho visita ANPT

Integrantes da comissão formada pelos aprovados no 19º concurso para procurador do Trabalho estiveram na sede da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), dia 24 de novembro, reunidos com o presidente entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima. Tiago Siqueira Barbosa Cabral, Márcio de Aguiar Ribeiro, Rodrigo Bezerra Martins e Thiago Lopes Castro reuniram-se na ANPT para, em nome de todo o grupo, discutir a questão referente à posse dos aprovados no certamente, que estava marcada para ocorrer no mês de dezembro, sendo que, em razão de restrições orçamentárias, houve alteração da previsão original.

Segundo o presidente da ANPT, a entidade esteve empenhada para, por meio de uma série de providências adotadas e por estratégias traçadas em conjunto com a administração do Ministério Público do Trabalho (MPT), viabilizar a posse com a maior brevidade possível. “Os nossos interesses são indiscutivelmente convergentes e precisamos intensificar esse trabalho conjunto para que se possa agilizar todo este processo e para que o quanto antes os colegas possam tomar posse, o que será de grande relevância para a instituição como um todo, bem como para os membros em geral, não apenas por permitir uma mobilidade no âmbito da carreira, mas, antes disso, por propiciar incremento de enorme importância no nosso quadro de procuradores, permitindo a prestação de uma serviço ainda melhor à sociedade, na defesa e na promoção dos direitos sociais”, disse.

De acordo com o procurador, o que se buscou no âmbito institucional e em articulação com o Poder Legislativo foi



Reunião com os representantes dos aprovados no 19º concurso

Foto: Ascom/ANPT

garantir a possibilidade de se incluir uma previsão a partir da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOD), com reflexos no Anexo V da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016, permitindo novos ingressos no âmbito do Ministério Público da União (MPU), a fim de se garantir que tais ingressos ocorram quando se estiver a tratar de aprovados em concursos cujos editais tenham sido publicados até 31 de agosto de 2015 e correspondam à ampliação das ações de fiscalização, controle, transparência e combate à corrupção, “contexto no qual se insere, inquestionavelmente, o ingresso de membros do Ministério Público”, destacou Azevedo Lima.

Ainda segundo o presidente da ANPT, “após as votações no Congresso, o texto da LDO aprovado não foi, nesta parte, exatamente como aquele pelo qual havíamos trabalhado, embora ainda viabilize, ao menos em tese, novas admissões de membros no âmbito do MPU em 2016”. **N**

## Procuradora aprovada em recente concurso do MPT é empossada

Foi empossada, dia 14 de dezembro, a primeira colocada no 19º concurso para procurador do Trabalho, Arianne Castro de Araújo Miranda. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da cerimônia, que aconteceu no auditório da Procuradoria Geral do Trabalho (PGT).

Durante a solenidade, o presidente da ANPT parabenizou a empossada e ressaltou que a assunção do cargo representa uma conquista pessoal e profissional, mas também a possibilidade de atuar de maneira significativa na promoção e na defesa dos direitos sociais. Segundo ele, “todas as questões que se inserem no rol de atribuições dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), como combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil, busca por garantia de condições adequadas de saúde e segurança do trabalho, combate à discriminação nas relações laborais, combate às fraudes, entre inúmeras outras que poderiam ser mencionadas, todas essas questões podem



Arianne Castro de Araújo Miranda foi a primeira colocada no concurso

Foto: Ascom/PGT

ser resumidas na missão que temos de adotar todas as medidas conferidas pelo ordenamento jurídico para que garantamos o respeito à dignidade da pessoa humana no âmbito das relações de trabalho”, enfatizou. “Parabéns, portanto, à procuradora Arianne, e seja muito bem-vinda a essa significativa oportunidade de atuar como agente de transformação social na defesa dos direitos humanos, mais precisamente na seara trabalhista”, concluiu. **N**

## Abertura do 6º Congresso Brasileiro de Gestão do MP e entrega do Prêmio CNMP tem participação da ANPT

Foi realizada, na noite do dia 04 de novembro, a solenidade de abertura do 6º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público e, também, a entrega do Prêmio CNMP 2015, tendo a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) integrado a comissão julgadora da premiação. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participaram da cerimônia, que contou também com a presença dos conselheiros do CNMP e de diversos outros membros do Ministério Público do Trabalho e de todos os demais ramos do Ministério Público brasileiro. Ao todo, 27 projetos foram finalistas do Prêmio CNMP 2015. Eles foram selecionados por uma comissão julgadora entre 396 práticas inscritas no Banco Nacional de Projetos. Os projetos foram enquadrados em nove categorias: Defesa dos Direitos Fundamentais; Transformação Social; Indução de Políticas Públicas; Diminuição da Criminalidade; Diminuição da Corrupção;



Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional; Comunicação e Relacionamento; Profissionalização da Gestão; e Tecnologia da Informação.

Para o presidente da ANPT, “a premiação é muito importante porque, ao lado do reconhecimento público de excelentes iniciativas adotadas pelos membros do Ministério Público em todo o país, estimula a disseminação de tais práticas e dissemina essa cultura voltada para a busca pelo aperfeiçoamento da atuação institucional, com inegáveis e diretos

reflexos na otimização dos resultados a serem obtidos por meio de tal atuação na defesa e na promoção dos interesses mais caros de toda a sociedade”.

O objetivo do Prêmio CNMP é prestigiar os programas e os projetos do Ministério Público que mais se destacaram na concretização do Planejamento Estratégico Nacional e no alinhamento com os objetivos definidos. A premiação é anual e sua organização conta com Conselho Gestor, Comissão Julgadora e Secretaria Executiva. **■**

## Entidades de todos os ramos do MP reúnem-se com presença da ANPT

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 15 de dezembro, da reunião do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), composto de dirigentes das associações do Ministério Público de todas as unidades federativas do país. Na ocasião, o procurador, na condição de coordenador da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), falou sobre a atuação conjunta das entidades de classe no âmbito nacional e debateu acerca de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional que merecem atenção especial por partes de todos.

O procurador baseou sua manifestação, principalmente, em dois pontos centrais. O primeiro deles no sentido de destacar a relevância de atuação conjunta também das entidades que representam os membros dos Ministérios Públicos Estaduais com as entidades de classe nacionais no que dizia respeito à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA) da União.

Outro tema também tratado por ele foi sobre proposições legislativas de origem parlamentar, ou seja, que nasceram a partir de iniciativa dos próprios congressistas e que tratam de direitos de

membros do MP. “Independentemente do mérito de qualquer projeto que tenha passado nesses moldes, isso gera um precedente muito perigoso e, a partir daí, qualquer coisa que diga respeito ao Ministério Público pode vir ser tratado dessa forma”, disse. Azevedo Lima informou também que, para tratar dessas questões, já se está buscando, em nome da Frentas, uma audiência com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ocasião na qual se pretende inclusive entregar, formalmente, representação acerca da temática, buscando a provocação institucional dessa discussão no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF). **■**



## Magistrados e Procuradores do Trabalho da 10ª Região reúnem-se em Brasília

Procuradores e magistrados do Trabalho que atuam no Distrito Federal e em Tocantins participaram, dia 04 de dezembro, do XV Encontro de Magistrados e Procuradores do Trabalho da 10ª Região. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, esteve presente na solenidade de abertura do evento, que, neste ano, teve como tema central de discussões “os desafios do processo judicial eletrônico e do novo código de processo civil”. A diretora financeira da entidade, Ana Cláudia Monteiro, também presente, participou de todo o Encontro.

Durante a solenidade de abertura, o presidente da ANPT ressaltou que os procuradores e os magistrados da 10ª Região dão exemplo significativo de excelente relacionamento, o qual constitui importante ferramenta para que se busque avançar numa longa pauta convergente, voltada para a defesa e a promoção dos direitos fundamentais trabalhistas e dos direitos humanos em geral. “No contexto que vivenciamos atualmente, essa imprescindível aproximação entre essas importantíssimas carreiras jurídicas de Estado, representadas pelos membros do Ministério Público e do Poder Judiciário, mostra-se ainda mais relevante e necessária, tendo em vista que essas duas instituições têm sido alvo de ataques os mais diversos, principalmente na seara política e, mais precisamente, no âmbito do Congresso Nacional, com tentativas de se atingir as nossas prerrogativas e garantias,



Evento reuniu magistrados e procuradores do Trabalho que atuam no DF e em Tocantins

Foto: Ascom/ANPT

as quais, ressalte-se, não são nossas, mas sim da sociedade, a fim de que possamos atuar de maneira imparcial e ativa, como é e tem de ser a tônica da nossa atuação”, informou Azevedo Lima

Ainda durante o evento, foi assinado um acordo de cooperação técnica entre a Procuradoria Regional do Trabalho e o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, subscrito pelo Procurador-Chefe da PRT-10, Alessandro Santos de Miranda, e o presidente do TRT-10, desembargador André Damasceno. O objetivo consiste em firmar parceria entre as duas instituições quanto à implementação dos serviços de interoperabilidade entre os sistemas Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) e MPTdigital. **N**

## IV Curso de Formação e Capacitação de Gestores tem participação da ANPT

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 14 de dezembro, da cerimônia de abertura do IV Curso de Formação e Capacitação de Gestores, em Brasília, assim como da solenidade de encerramento do evento, que aconteceu na sexta-feira, 18/12. O curso teve

por objetivo qualificar a atuação dos novos procuradores-chefes eleitos, além dos procuradores substitutos e coordenadores nacionais. A novidade desta edição é a inclusão do debate sobre Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).

Durante a abertura, o presidente da ANPT parabenizou a iniciativa, ressaltando a relevância de serem os membros do MPT qualificados no que diz respeito à sua atuação na condição de gestores. “Já se fala, há muito tempo, tanto no âmbito do Ministério Público quanto do Poder Judiciário, que procuradores, promotores e juízes não têm uma formação, originalmente, voltada para a administração, mas se isto é verdade não é menos verdade que não podemos nos valer dessa fala para deixarmos de intensificar o nosso aprimoramento também nesta seara. É importantíssimo, pois, que intensifiquemos essa qualificação, a fim de que possamos ganhar em produtividade, fazendo cada vez mais com menos, ainda mais num contexto de contingenciamentos orçamentários como o que vivenciamos atualmente, a fim de que possamos prestar um serviço de cada vez maior qualidade à sociedade”, ressaltou. **N**



Abertura do curso de capacitação de gestores

Foto: Ascom/ANPT

## Comissão de Paridade da ANPT reúne-se em Brasília

Os integrantes da Comissão de Paridade, composta pelos associados da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) Regina Butrus, Erick Lamarca e Moysés Sznifer, estiveram reunidos nos dias 10 e 11 de novembro, na sede da entidade, em Brasília. O objetivo dos trabalhos da comissão é discutir questões relativas aos interesses mais diretos dos associados aposentados e aprofundar os encaminhamentos alusivos à temática.

Durante os trabalhos, o grupo debateu uma série de questões referentes aos direitos da classe e estratégias de enfrentamento, o que, juntamente com o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, também foi debatido detalhadamente em reunião com o advogado que representa a Associação, Aristides Jun-



Diversos temas de interesse dos associados aposentados foram debatidos na reunião

queira Alvarenga, e a advogada Luciana Alvarenga Simioni.

A Comissão de Paridade foi instituída a partir de deliberação da classe em recente assembleia geral ordinária, realizada durante as atividades do 27º Encontro Nacional dos Procuradores

do Trabalho (ENPT). A proposta foi defendida pelo presidente da Associação durante a assembleia, após sugestão neste sentido ter sido apresentada por grupo de associados aposentados, ocasião em que foi aprovada a proposta pela unanimidade dos presentes. **N**

## Coordenadorias do MPT promovem reuniões com a presença da ANPT

Entre os meses de novembro e dezembro, a Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública (Conap), a Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade) e a Coordenadoria Nacional de Erradicação do trabalho Escravo (CONAETE) promoveram reuniões nacionais, em Brasília. A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) esteve presente por meio de seu pre-

sidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e do vice-presidente, Ângelo Fabiano Farias da Costa.

Em todas as reuniões, o presidente da ANPT traçou um panorama sobre o trabalho que a entidade vem desempenhando em conjunto com as demais associações de classe que representam os membros do Ministério Público e o Poder Judiciário no Congresso Nacional, “o que tem sido intensificado nos últimos tempos, ainda mais considerando fortes ataques que de que têm sido alvos os integrantes dessas carrei-

ras jurídicas de Estado, em especial no âmbito do Congresso Nacional”. Foi relatado também, sinteticamente, algumas frentes de atuação mais destacada da Associação nos últimos tempos.

Durante a reunião da Coordigualdade, foi publicada uma portaria assinada pelo procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, que regulamenta o uso do nome social por travestis e transexuais, ou pessoas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, em todas as unidades do Ministério Público do Trabalho (MPT) no Brasil. A medida deve ser aplicada num prazo de noventa dias.

Na reunião da Conaete, o presidente da ANPT parabenizou a coordenadoria e, de maneira mais específica, os procuradores Marcos Almeida e Raulino Maracajá pelo lançamento do jogo digital “Trabalho livre”, que funciona como um jogo de *videogame* em que o objetivo consiste em eliminar a prática de trabalho escravo em diversas situações, e ressaltou o quão louvável se mostram iniciativas como essa. **N**



Solenidade de lançamento do game sobre o trabalho escravo

# CLUBE ANPT DE VANTAGENS

O Clube ANPT de Vantagens oferece uma plataforma de convênios de modo a gerenciar, administrar e divulgar os benefícios obtidos pela Associação para todos os filiados da ANPT. A plataforma trará, sempre, novidades em âmbito nacional e, também, convênios firmados com empresas locais, em todas as partes do país.

Entre os convênios oferecidos pelo Clube ANPT de Vantagens estão cinemas, escolas, farmácias, universidades, clubes, academias, empresas aéreas, concessionárias, bancos, dentre vários outros.

Acesse a página eletrônica da ANPT, no endereço [www.anpt.org.br](http://www.anpt.org.br), e clique no tópico “Espaço do Associado”. Em seguida, clique em “Convênios ANPT” e desfrute das vantagens oferecidas pela Associação.



SBS Quadra 2 Bloco "S" Ed. Empire Center Salas 1103 a 1108 11º andar  
 Brasília/DF CEP 70070-904 Fonte: (61) 3325-7570 e Fax: 3224-3275  
 e-mail: [anpt@anpt.org.br](mailto:anpt@anpt.org.br)

## Revista em quadrinhos sobre trabalho em telemarketing é lançada com a presença da ANPT

Foi lançada, dia 02 de dezembro, a revista “MPT em Quadrinhos Telemarketing: do outro lado da linha”, do Ministério Público do Trabalho (MPT). A obra é um projeto da instituição no Espírito Santo com o objetivo de levar à sociedade informações sobre o direito trabalhista de forma lúdica e intuitiva, por meio dos recursos simples das histórias em quadrinhos. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participaram da solenidade de lançamento, promovida no auditório do MPT, em Brasília.

Durante a cerimônia, o presidente da ANPT disse que projetos como esse têm grande relevância principalmente no que diz respeito a uma maior aproximação com a sociedade, ainda mais por se utilizar de uma *interface* mais amigável, como são, também, segundo ele, projetos como aqueles relacionados aos *games* voltados para o combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil.

“Espero que tenhamos um futuro não muito distante em que cartilhas como essa sejam vistas como uma peça histórica de uma realidade que não se concebe e que não tenham nenhum sentido. Iniciativas como esta de que hoje parti-

cipamos propicia que avancemos significativamente para que possamos, todos juntos, atuar na busca por melhorias das condições de trabalho, no combate a essa precarização lamentavelmente cada vez mais crescente e para que possamos, enfim, atuarmos em nossas respectivas esferas de atribuições, como verdadeiros agentes da transformação social e para que possamos avançar na promoção e defesa dos direitos da sociedade, a fim de se garantir a observância dos direitos humanos nas relações trabalhistas”, destacou.

No dia 8 de dezembro, a revista em quadrinhos também foi lançada no Senado Federal. Na ocasião, a publicação foi apresentada pela subprocuradora-geral do Trabalho Sandra Lia Simón, atual coordenadora da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Emprego (Conafret), e pelo chefe de gabinete da procuradoria-geral do Trabalho e secretário de relações institucionais do MPT, Sebastião Vieira Caixeta, com a presença da ANPT. **N**



Lançamento da revista MPT em quadrinhos

Fotos: Ascom/ANPT



## ANPT debate ampliação de cursos internacionais oferecidos aos associados

Foto: Ascom/ANPT



Em breve novas opções de cursos deverão ser disponibilizadas

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, receberam, dia 03 de dezembro, a visita do representante da Universidade de Roma Tor Vergata, professor Federico Penna. O objetivo da reunião foi, aproveitando a vinda do acadêmico ao Brasil, discutir a possibilidade de disponibilização de novas opções de cursos na Itália e em outros países da

Europa, a serem ofertados aos associados da ANPT, assim como intensificar a parceria entre as duas instituições.

De acordo com Azevedo Lima, está sendo estudada a possibilidade de se oferecer cursos relacionados a outras áreas de interesse dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), tais como em Direitos Humanos, ampliando as opções para além dos cursos voltados mais especificamente para o Direito do Trabalho. **N**

# ANPT participa da solenidade de posse de procuradores-

Diversas Procuradorias Regionais do Trabalho (PRTs) promoveram solenidade de posse de seus procuradores-chefes nos meses de novembro e dezembro. A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) se fez presente nas cerimônias.

Na tarde do dia 06 de novembro, foi realizada a solenidade de posse do novo procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho no Espírito Santo (MPT-ES), Estanislaus Tallon Bozi. O vice-presidente da ANPT, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participou da solenidade, que aconteceu no auditório da PRT-17. Durante o evento, Farias da Costa destacou que a Regional apresenta um histórico de luta em defesa dos direitos trabalhistas, da ordem jurídica e pela promoção dos direitos sociais trabalhistas.

Um recital musical marcou a recondução, no dia 6 de novembro, do procurador do Trabalho Alessandro Santos de Miranda, à frente da PRT-10. A solenidade contou com a presença de diversas autoridades. Na ocasião, o presidente da ANPT destacou a importância da atuação da PRT da 10ª Região, que abrange duas unidades federativas, com atuação emblemática na defesa e na promoção dos direitos sociais.

“Seguramente, caso atentemos para os temas que constituem objeto de metas institucionais do MPT em todo o Brasil, todos eles têm exemplos de atuações paradigmáticas aqui na PRT-10, tal como se dá com o combate ao trabalho escravo, ao trabalho infantil, a implementações de medidas relacionadas ao meio ambiente do trabalho saudável e seguro, o combate a contratações irregulares na Administração Pública e às fraudes trabalhistas em geral, entre inúmeros outros que poderiam ser aqui mencionados, todos enfrentados com maestria pelos procuradores e pelas procuradoras que compõem o egrégio colegiado da 10ª Região”, ressaltou.



Vice-presidente da ANPT na posse do procurador-chefe do MPT no Espírito Santo

Ana Luisa Ignácio da Silva



Posse do procurador-chefe da PRT-10

Foto: Ascom/ANPT



Presidente da ANPT na solenidade de posse do MPT-RJ

Foto: Ascom/MPT-RJ

Já no dia 18 de novembro, foi realizada a cerimônia de posse do novo procurador-chefe do MPT no Rio de Janeiro, Fabio Goulart Villela. Ele ficará à frente

da unidade do MPT no Estado durante os próximos dois anos. Azevedo Lima disse, durante o evento, que a atuação da Regional serve, diversas vezes, como

# chefes do Ministério Público do Trabalho

exemplo para o MPT e falou do cenário complicado atualmente vivenciado, inclusive os contingenciamentos orçamentários e outras dificuldades que têm afetado diretamente a instituição e lembrou que para o MPT isso afeta, principalmente, em duas importantes searas: traz a necessidade de se buscar ainda mais criatividade para o alcance de saídas para gerir o órgão público da melhor maneira possível e na atuação finalística da instituição, dado que os direitos sociais são as primeiras vítimas num contexto de crise.

Azevedo Lima teceu, também, elogios à gestão da procuradora regional do Trabalho Teresa Cristina D’almeida Basteiro, que deixou a chefia da Regional e que, de acordo com ele, teve atuação destacada pela parceria com o Judiciário trabalhista aprofundando as relações institucionais em prol de objetivos comuns e com outros órgãos. Destacou, também, a inauguração da nova sede da PRT, do incremento do número de servidores, entre diversos outros avanços obtidos durante sua gestão.

Sobre o novo chefe do MPT-RJ, o presidente da ANPT reforçou o seu perfil conciliador e comentou sobre os objetivos do empossado como procurador-chefe, em especial no sentido de reforçar ainda mais a proximidade com outras instituições que atuam na defesa do trabalhador, enfatizando sua visão do MPT como mediador de conflitos trabalhistas. Falou também sobre os desafios que ele deverá enfrentar. “Gerir uma relevante instituição como esta e numa importante unidade federativa como o Rio de Janeiro não é fácil, mormente porque significa o contínuo empenho para propiciar condições necessárias e adequadas para que se dê continuidade à atuação destacada e exemplar dos colegas aqui na PRT-1”, apontou.

A PRT de Minas Gerais empossou, dia 24 de novembro, sua nova procuradora-



Posse da procuradora-chefe do MPT em MG, Adriana Augusta de Moura

Foto: Ascom/MPT-MG



ANPT presente da posse do procurador-chefe do MPT em Sergipe

Foto: Ascom/MPT-SE

-chefe, Adriana Augusta de Moura Souza. Durante a ocasião, o presidente ressaltou uma série de atuações de destaque da Regional, referindo-se, de maneira enfática, a respeito da tragédia de Mariana (MG), na qual há atuação conjunta do MPT com outros ramos do Ministério Público e outros órgãos e instituições. De acordo com o procurador, para além de uma tragédia ambiental sem precedentes, e que necessita de punição exemplar e que seja dotada de caráter pedagógico – “a fim de se demonstrar que absurdos como esse têm e precisam ter graves consequências” –, não há como se deixar de considerar também suas repercussões em termos da gravidade trazida para trabalhadores e suas famílias, muitos dos quais tendo perdido suas vidas no desastre.

Já no dia 27 de novembro foi promovida a posse do novo procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT) em Sergipe, Albérico Luís Batista Neves. O presidente da ANPT participou do evento e, durante seu pronunciamento, falou sobre o trabalho dos membros do MPT lotados na PRT-20 em diversas frentes de atuação.

A ANPT se fez presente, ainda, no dia 09 dezembro, na solenidade de posse do novo procurador-chefe do MPT em Campinas, Eduardo Luís Amgarten, por meio do delegado da Associação na Regional, Nei Messias Vieira. No dia 20 de novembro, a diretoria de assuntos sociais e de eventos da Associação, Alice Nair Sonogo, representou a entidade na posse do procurador-chefe da PRT de Santa Catarina, Marcelo Goss Neves. **■**

## Comemoração dos 15 anos da Coordinfância tem participação da ANPT

Os 15 anos da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho e do Adolescente (Coordinfância), do Ministério Público do Trabalho (MPT), foram comemorados, dia 19 de novembro, em Fortaleza (CE), em sessão solene da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. O evento marcou também os sete anos do Programa de Educação Contra Exploração do Trabalho e do Adolescente (Peteca).

Durante a cerimônia, o presidente da ANPT disse que, por mais que seja relevante a atuação da Coordinfância ao longo desses 15 anos, no Brasil inteiro, no combate ao trabalho infantil, o que é inegável, ainda mais importante que o decurso desta década e meia se mostra o “brilhante trabalho nesta seara e que é de extrema relevância em termos de proporcionar avanços na garantia da dignidade humana, ainda mais numa área tão sensível como esta, umbilicalmente ligada à defesa e à proteção da infância e da juventude”.

Azevedo Lima ressaltou ser emblemático, inclusive, que a comemoração se desse no Estado do Ceará, que é exemplo de atuação no combate ao trabalho infantil, principalmente por meio de iniciativas como o projeto Peteca, com a atuação de vários procuradores. Nesse sentido, ele destacou o trabalho do procurador do Trabalho Antonio de Oliveira Lima, à frente do projeto há vários anos, “que ultrapassou as fronteiras do Estado e hoje é uma realidade em todo o Brasil, com números impressionantes, já implementado em mais de duas mil escolas, cerca de 20 mil professores, quase meio milhão de alunos, quase 20 Estados e centenas de municípios, em todo o país”, destacou.

“Esses resultados mostram que precisamos, nessa seara, estar cada vez mais próximos da sociedade, até porque necessitamos de uma verdadeira mudança cultural quando tratamos do combate ao trabalho infantil. Aquele velho discurso que ainda hoje ouvimos no sentido de que é melhor a criança trabalhar que matar ou roubar, como se as suas únicas opções fossem essas, cometer crimes ou



Evento foi realizado na assembleia legislativa do Ceará



Presidente da ANPT foi um dos homenageados

ter a força de seu trabalho explorado precocemente, há de ser superado. Já passou da hora, aliás. Sabemos que esse tipo de pensamento só leva a que as crianças e adolescentes sejam jogados em um verdadeiro círculo vicioso de miséria e de falta de oportunidade, dados os graves malefícios trazidos para a sua formação”, ressaltou o presidente da ANPT.

O procurador lembrou que essa mudança cultural é um desafio grande, mas que o próprio exemplo da atuação da Coordinfância, “de maneira enfática, emblemática, paradigmática, demonstram ser possível avançar nesta imprescindível transformação da realidade. Se os resultados não representam tudo que pretendemos, que obviamente é a completa erradicação do trabalho infantil, ainda não alcançada, já observamos, por outro lado, que significativos avanços têm sido obtidos e que precisamos dar ênfase a esta atuação conjunta, concatenada e coordenada de vários órgãos, em parceria com toda a sociedade”.

Durante o evento, foram entregues placas em homenagem aos profissionais que lutam pela erradicação do trabalho infantil. Foram agraciados o presidente da ANPT; o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury; o corregedor-geral

do MPT, Maurício Correia de Mello; a subprocuradora-geral do Trabalho Eliane Araque dos Santos; o vice-procurador chefe do Ministério Público do Trabalho nos Estados do Pará e Amapá, Rafael Dias Marques; o procurador chefe do Ministério Público do Trabalho no Ceará, Carlos Leonardo Holanda Silva; e a secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Isa Oliveira.

Também foram homenageados o procurador do Trabalho Antônio de Oliveira Lima; a servidora do Ministério Público do Trabalho no Ceará Anna Blanche Rolim Figueiredo; a secretária executiva do Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, Marcelha Pinheiro de Melo; o auditor fiscal do Trabalho Luis Alves Freitas Lima; o prefeito do município de Sobral, José Clodoveu de Arruda; e o prefeito do município de Aracati, Francisco Ivan Silvério, entre outros. **N**